

O ESPAÇO CURRICULAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (1961-2013)

The curricular space in History of Education at the Faculdade de Letras do Porto (1961-2013)

Luís Alberto Marques Alves¹
Carla Luisa Santos Moreira²

RESUMO

A História da Educação na Faculdade de Letras do Porto percorreu um caminho longo, desde a sua integração no curso de Ciências Pedagógicas como cadeira obrigatória até ao seu regresso na atualidade como uma cadeira de opção para a licenciatura em História com Minor em Geografia e consequentemente para quem quer seguir o mestrado em Ensino da História e da Geografia no 3º Ciclo do EB e ES. Podem também ser uma opção da licenciatura de História.

Palavras-Chave: História da Educação; Faculdade de Letras Porto; Disciplina

ABSTRACT

The History of Education at the Faculdade de Letras do Porto come a long way since its integration in the course of “Ciências Pedagógicas” as a mandatory class until his return today as an option class for the degree in History with a minor in Geography and consequently to who wants to follow the Master em Ensino da História e da Geografia no 3º Ciclo do EB e ES. May also be an option to the first degree in History.

KeyWord: History of Education, Faculdade de Letras Porto; Class

1. A Formação de professores em Portugal

Até aos inícios do século XX não existia, em Portugal, nenhum processo de formação de professores, tanto para o ensino liceal como para o secundário em geral. A formação existente nas Escolas Normais servia apenas para a preparação dos professores primários. Os docentes eram recrutados através de concursos de provas públicas, mesmo sem terem qualquer diploma de ensino superior. Em 1901 e 1902 investiu-se no papel formativo do Curso Superior de Letras (em Lisboa) conferindo-lhe um papel na preparação de professores de Geografia, Línguas, Filosofia e História. Os conteúdos passavam pela Pedagogia do Ensino Secundário e História da Pedagogia com um ensaio de “iniciação ao exercício” na presença de alunos requisitados a um Liceu da capital. Um exame, uma lição e uma dissertação fechavam as necessidades formativas para uma certificação profissional.

A Primeira República trouxe as Escolas Normais Superiores, nas Universidades de Lisboa e Coimbra, anexas às Faculdades de Ciências e Letras e com o fim de “promoverem

¹ Doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: laalves@letras.up.pt

² Mestrado em Ensino da História e da Geografia do 3º Ciclo e do Secundário pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: carluimor@gmail.com

a alta cultura pedagógica” e de “habilitar para o magistério dos liceus, das escolas normais primárias, das escolas normais superiores e para admissão aos lugares de inspectores de ensino”. Entrava-se com o bacharelato das respectivas Faculdades e os cursos tinham a duração de dois anos, funcionando como uma “pós graduação” onde o primeiro se destinava “à preparação pedagógica” e o segundo “à iniciação na prática pedagógica”. Este processo terminava com um Exame de Estado que incluía “dois argumentos, de meia hora cada um; uma lição dada a uma classe ou turma de liceu seguida da respetiva discussão pedagógica e a apresentação de uma dissertação sobre um ponto de didática do ensino secundário”.

O Estado Novo trouxe, a partir de 1930, dois caminhos diferentes, embora complementares: um teórico, o universitário, onde se acedia “à cultura pedagógica” obtida na 3ª secção das Faculdades de Letras das Universidades; um outro prático, designado de “prática pedagógica” realizada num Liceu Normal ou em “escolas de ensaios pedagógicos”. Até 1947 teremos apenas os Liceus Normais de Lisboa (Pedro Nunes) e Coimbra (Júlio Henriques até 1936 e depois D. João III aquando da fusão com o José Falcão) e a partir de 1957 também o D. Manuel no Porto. A terceira secção incluía as disciplinas de Pedagogia e Didática, História da Educação – organização e administração escolares, Psicologia Geral, Psicologia escolar e medidas mentais e uma semestral – Higiene Escolar. O cume desta formação continuava a passar pelo Exame de Estado que, na sua essência, não sofreu substanciais alterações.

Em 1971, as Faculdades de Ciências passaram a integrar a formação profissional na licenciatura. Depois do bacharelato, os alunos optavam pelos dois anos do designado “Ramo de Formação Educacional”: no primeiro ano a “cultura pedagógica” era assegurada por dez disciplinas semestrais e no segundo concretizava-se o Estágio Pedagógico numa escola ao mesmo tempo que se preparava uma “monografia científica sobre assunto da matéria fundamental da licenciatura”. Este tipo de formação foi depois alargada a outras licenciaturas em ensino das Universidades do Minho e Aveiro e das Faculdades de Letras (em 1988). Duas notas complementares: a partir de 1973 começa a exigir-se uma formação adicional em “institutos de ciências da educação” e, em 1979, aparecem as Escolas Superiores de Educação integradas nos Institutos Politécnicos destinadas à formação de professores para lecionarem os primeiros seis anos de escolaridade. Estas alterações criaram a separação definitiva entre a formação para o ensino básico (1º e 2º ciclos) e o básico (3º ciclo)/secundário (10º a 12º anos).

Depois de uma breve experiência entre 1979 e 1985 com uma “profissionalização em serviço” que implicava dois anos de acompanhamento em contexto escolar (após a licenciatura), criou-se a “formação em serviço”, com igual duração de dois anos mas ligada a centros de formação de universidades e escolas superiores de educação, tentando assim garantir uma componente teórica ligada às Ciências da Educação, a par de uma parte prática acompanhada nas Escolas por supervisores do ensino superior. Em 1988, a formação inicial passou definitivamente para as universidades com as Faculdades de Letras e Ciências a assegurarem a formação pedagógica durante um ano como pós

graduação e a supervisionarem o estágio profissional que ocorria numa escola, paralelo a um seminário pedagógico universitário, no âmbito do qual produziam trabalhos que articulavam a reflexão teórica e a aplicação prática em sala de aula ou na escola.

O Processo de Bolonha que tomou conta das nossas Universidades em 2007, veio introduzir três alterações substanciais, de repercussões ainda imprevisíveis, face à proximidade temporal: a primeira passou por reduzir as licenciaturas a 3 anos e criar mestrados em ensino com a duração de 2 anos e incorporando componentes obrigatórias de Formação Educacional Geral, Didáticas Específicas e Iniciação à Prática Profissional; a segunda, juntando no mesmo Mestrado a História e a Geografia com uma redução natural da componente científica específica já que na licenciatura têm de existir a dupla formação; terceira, mantendo a indefinição sobre as entidades que devem e podem realizar formação para o 3º ciclo com duas entidades superiores (universidades e politécnicos) a reivindicarem esse desiderato.

2. A Faculdade de Letras do Porto e a História da Educação (1961 – 2013)

Depois da fugacidade da existência atribulada da Faculdade entre 1919 e 1931, numa visita ao Porto em 20 de outubro de 1960, o Presidente da República Américo Tomás anuncia na sessão solene de abertura do ano letivo da Universidade, a (re)criação da Faculdade de Letras do Porto. O Decreto-Lei n.º 43 864 de 17 de agosto de 1961, legalizava a sua existência no quadro da orgânica universitária portuense. O preâmbulo esclarecia as principais razões: resposta à aspiração manifestada pela cidade e a região norte do país, inclusão das “disciplinas de representação das ciências do espírito” e resolução da superlotação das duas faculdades de Letras existentes. Sendo necessário a frequência do curso de Ciências Pedagógicas para a profissionalização na carreira docente liceal (e secundária), e existindo já nesta altura o funcionamento de estágios pedagógicos no Liceu Normal D. Manuel II (desde 1957), a ausência desta Faculdade obrigava também os candidatos desta cidade e região a deslocarem-se para Coimbra ou Lisboa.

O curso de Ciências Pedagógicas compreendia 5 disciplinas: Higiene Escolar – disciplina semestral e regida por professores da Faculdade de Medicina; Pedagogia e Didática; História da Educação, Organização e Administração Escolares; e Psicologia Escolar e Medidas Mentais. É portanto no quadro da criação da 2ª Faculdade de Letras do Porto e da inclusão no âmbito do seu currículo do curso de Ciências Pedagógicas que iremos analisar os respetivos conteúdos da disciplina de História da Educação.

2.1. Natureza da disciplina de História da Educação

Quando da (re)criação da Faculdade de Letras em 1961 os cursos administrados, pela mesma, eram a licenciatura em História, a licenciatura em Filosofia e o curso de Ciências Pedagógicas. Inserida neste último e considerada uma cadeira de cultura pedagógica, a História da Educação e Organização e da Administração Escolar, sempre existiu ligada à formação de professores.

Disciplina anual e obrigatória era frequentada por alunos das mais diversas áreas e faculdades. Logo no ano letivo de 1962-1963 a formação dos alunos inscritos no curso e consequentemente na disciplina passava pelas Ciências, Medicina, Engenharia, Farmácia, Economia, Letras e Belas-Artes. Porém, vestia uma roupagem de disciplina de opção para os alunos das licenciaturas, ou seja, quem estivesse a frequentar a licenciatura e se quisesse inscrever nesta disciplina podia fazê-lo. Este cenário manteve-se enquanto existiu o curso, isto é, até 1974, ano marcado pela Revolução de 25 de abril que traz grandes alterações para o país e também para o curso e disciplina. Embora não haja um documento oficial em que se comprove o fim do curso, a realidade é que não há registos do mesmo na FLUP a partir de 1974. Da disciplina não há registos da sua existência a partir da mesma data. Irá reaparecer mais tarde mas com outro nome e noutras circunstâncias.

No Decreto n.º 53/78 de 31 maio de 1978, que reformula os cursos das Faculdades de Letras, não consta o curso de Ciências Pedagógicas, mas reaparece a disciplina passando a designar-se apenas História da Educação e inserida na licenciatura em História. A outra grande alteração resulta do facto de surgir como disciplina de opção. Com a exceção do ano letivo de 2004-2005, este cenário mantém-se até 2013-2014. Durante este período ocorreram algumas interrupções, alturas em que não se lecionou História da Educação na FLUP. Essas interrupções ocorreram entre: 1974-1975 e 1976-1977, 1982-1983 e 1985-1986, 1987-1988 e 1989-1990, 1991-1992 e 1992-1993, 2002-2003 e 2003-2004 e, por fim, 2005-2006 e 2012-2013. Em 52 anos letivos, em 22 não há ocorrência de a mesma ter existido, nos documentos estudados.

Como referimos anteriormente, apenas no ano letivo de 2004-2005 surge desligada da licenciatura em História e ligada ao mestrado em História da Educação. Aparece então como disciplina semestral mas de carácter obrigatório, inserida num mestrado reconhecido ao abrigo do Artigo 54º do Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19/01), regulamentado pela Portaria n.º 334/2008, de 30/04, para os grupos 200 (Português e Estudos Sociais/História) e 400 (História).

2.2 A disciplina dentro do quadro das Ciências Pedagógicas: docentes e conteúdos

Nos trinta anos em que se lecionou HEOAE/HE na FLUP, em doze esteve ligada à formação de professores no curso de Ciências Pedagógicas.

A lecionação nesses anos esteve dividida entre cinco docentes: José António Ferreira de Almeida, Luís António Oliveira Ramos, Rafael Ávila de Azevedo, Eugénio Francisco dos Santos e Fernando Alberto Pereira de Sousa.

O primeiro docente a lecionar a disciplina foi José António Ferreira de Almeida.³ Esteve à frente da disciplina de HEOAE três anos letivos, de 1962 a 1965, tendo sido

³ Nasceu em Lisboa no ano de 1913. Sendo a formação base uma licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas tirada em Lisboa, começou a lecionar na Universidade de Lisboa em 1940 e na FLUP em 1962. Realiza o seu doutoramento em Ciências Históricas em 1953 e acaba a sua carreira de docente como Professor Catedrático de História da Arte. Do seu currículo podemos referir muitos cargos que ocupou, tais como, encarregado de curso do grupo de Ciências Históricas e Presidente do Conselho Científico da FLUP (1976-1981). Lecionou muitas disciplinas, como por exemplo, História da Cultura Moderna e História das Artes e Arqueologia.

o primeiro docente da FLUP a lecioná-la. Desses anos apenas no primeiro a lecionou sozinho. Nos restantes anos o Professor Luís António de Oliveira Ramos⁴ partilhou a docência com ele, debruçando-se apenas nas aulas de teor prático. Começou a lecionar a disciplina no ano de 1963 estendendo-se ao ano letivo seguinte.

Rafael Ávila de Azevedo⁵ começou a lecionar a disciplina de HEOAE em 1965. Lecionou durante três anos até o ano letivo de 1967-1968. Durante os cinco anos seguintes esta disciplina esteve a cargo de Eugénio Francisco dos Santos em substituição de Rafael Ávila de Azevedo, entretanto no Parlamento Português. No ano letivo de 1973-1974 essa missão coube a Fernando Alberto Pereira de Sousa. É curioso ver que apesar de estar imbuído noutros assuntos de estado, Rafael Ávila de Azevedo não deixou de parte esta disciplina, tendo, nos anos em que foi substituído, lecionado algumas aulas. Após o fim do curso de Ciências Pedagógicas, Ávila de Azevedo lecionou em alguns anos esta disciplina.

Como já foi referido anteriormente, Eugénio Francisco dos Santos⁶ foi outro dos docentes a lecionar a disciplina em causa dentro do quadro das Ciências Pedagógicas. Lecionou entre 1968-1969 e 1972-1973, cinco anos seguidos. Também lecionou a disciplina de História da Educação após o fim do curso de Ciências Pedagógicas, como irá ser referido mais adiante.

O último Professor a lecionar HEOAE, antes do fim do curso de Ciências Pedagógicas, foi Fernando Alberto Pereira de Sousa⁷. Conforme podemos verificar apenas um destes quatro docentes é que não tinha como formação base História. Esse docente é Rafael Ávila de Azevedo e que foi, inclusive, encarregado do curso de Ciências Pedagógicas. Será que essa formação de quase todos os docentes em questão, mais ligada à História do que à Pedagogia e à Educação, condicionou ou moldou os conteúdos

⁴ Luís António de Oliveira Ramos nasceu em 1939 na cidade de Braga e licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Lisboa em 1961, começou a sua carreira de docente nessa mesma Universidade e nesse mesmo ano. Rumou para a cidade invicta e para a FLUP no ano de 1963. Doutorou-se em História Moderna e Contemporânea na UP em 1972, foi Doutor Honoris Causa pela Universidade de Bordéus e tem no seu palmarés inúmeros feitos. Foi Diretor de Estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales da Sorbonne em 1987, o 15.º Reitor da Universidade do Porto, condecorado com a Ordem das Palmas Académicas da República Francesa, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a Grã-Cruz da Instrução Pública e medalha de ouro da cidade de Braga. Também ocupou o cargo de Presidente de Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas de 1993 a 1995.

⁵ Natural de Angra do Heroísmo nasceu em 1911. Formou-se em Filologia Românica na Universidade de Lisboa em 1931, foi leitor universitário em Montpellier e Professor liceal no Ultramar. Começou a trabalhar na FLUP em 1965. Doutorou-se em Pedagogia na Universidade de Montpellier, foi encarregado do curso de Ciências Pedagógicas em 1965, foi membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras em 1980 entre muito outros cargos. Lecionou Pedagogia e Didática e Cultura Portuguesa na Universidade da Ásia Oriental em Macau em 1981. Publicou vários livros, tais como, *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica* em 1972.

⁶ Eugénio Francisco dos Santos nasceu em Santa Maria da Feira em 1937, licenciou-se em História na FLUP em 1968, doutorou-se em História Moderna e Contemporânea em 1977 pela mesma casa, tornou-se Professor Catedrático em 1980 e jubilou-se em 2007. Começou a sua carreira na UP em 1968, ano em que também começou a lecionar HEOAE. Esteve à frente de cadeiras como História da Civilização Romana, História da Expansão Portuguesa, História da Brasil e Teoria da História. Foi Presidente do Conselho Científico da FLUP, foi Professor convidado em vários países, pertenceu à Academia Portuguesa da História, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi Professor do ISCTE. Publicou livros, tais como, *O Oratório no Norte de Portugal* em 1982.

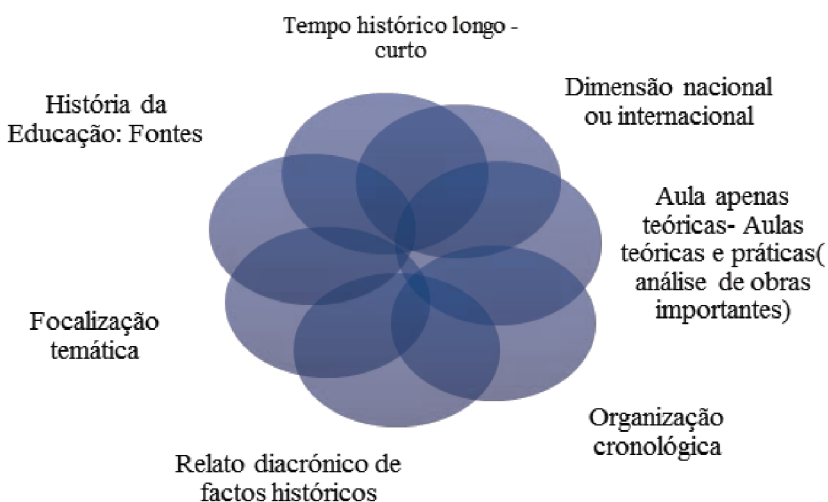
⁷ Natural de Vila Nova de Gaia e nascido a 1942 licenciou-se em História (1973) e doutorou-se em História Moderna e Contemporânea (1980). Foi Professor Catedrático e atualmente está jubilado. Teve várias funções dentro da FLUP. Foi Presidente da Comissão Parlamentar da História do Parlamento, da Assembleia da República entre 1995-1999 e Vice-Presidente da Fundação Rei Afonso Henriques desde 1994, entre muitas outras funções.

leccionados? Para se poder responder a esta questão foi necessário analisar em pormenor os programas leccionados.

Essa análise foi feita através do estudo dos sumários e programas da disciplina ao longo destes anos letivos, de 1962 a 1974. Não foi possível em todos os anos analisar os dois e, assim, fazer o cruzamento entre o que estava programado e o que efetivamente se lecionou.

Com a análise efetuada foi possível retirar várias ilações. Em relação à metodologia e a temática verifica-se variações ao longo dos anos. Essas variações não tiveram um carácter contínuo e evolutivo, mas sim dependente do docente, isto é, a metodologia e a temática abordada não foi sempre a mesma.

Aspetos dos programas da disciplina de HEOAE



Expliquemos mais em pormenor cada um dos aspetos apontados no esquema acima mostrado. Nos três primeiros anos o Professor José António Ferreira de Almeida optou por apostar num tempo histórico longo (isto é aborda um grande período de tempo, passando por muitas épocas, neste caso, desde o Paleolítico até à Idade Média, não se focando em nenhuma época em especial), sendo que a componente prática estava presente com ele e com o Professor Luís António de Oliveira Ramos. Talvez por serem os primórdios da disciplina optou por começar sempre o ano letivo por definir História da Educação e esclarecer quais eram as fontes utilizadas para o seu estudo. Esta perspetiva não aconteceu mais nos anos consequentes. Já o docente sucedâneo, Rafael Ávila de Azevedo, optou pelo tempo histórico curto (isto é, um tempo histórico definido e delineado, não se estendendo por várias épocas, neste caso, apenas entre a 2ª metade do séc. XVIII e a 1ª metade do séc. XIX), focado em épocas específicas e nas instituições educativas, sendo que, não se limitou a uma dimensão internacional, chegando mesmo, em determinados anos letivos, a englobar uma dimensão nacional que suplantou a internacional. O Professor Eugénio dos Santos volta-se maioritariamente para a dimensão internacional, varia entre

o tempo histórico curto (focalização em instituições educativas e teorias educativas) e longo e contrariamente ao seu antecessor volta a apostar em aulas práticas. O último docente, Fernando Alberto Pereira de Sousa volta ao tempo longo. À exceção de um ano lecionado por Eugénio dos Santos a organização cronológica é ponto comum.

O tempo histórico longo estendeu-se desde o Paleolítico (apenas nos primeiros anos) ou da Grécia até Idade Média ou Moderna, dependendo do número de aulas efetivamente lecionadas. Vê-se claramente que o relato diacrónico da História da Educação tem a preocupação de abranger o máximo da História ficando o mais próximo da atualidade que o número de aulas torne possível. Há a preocupação de narrar factos históricos realçando temáticas importantes, tais como, reformas e nomes da pedagogia, filosofia e suas obras. A dimensão descritiva está claramente sempre presente, mas por vezes articulada com temáticas mais problematizadoras, abordadas e trabalhadas mais a fundo com as aulas práticas.

Quando a opção foi o tempo curto, existe uma focalização nas instituições pedagógicas, especialmente nos antecedentes e formação de instituições como as Universidades e Liceus e, também, nas teorias educativas. Direccionados entre o séc. XVII ou a 2ª metade do séc. XVIII e fins do séc. XIX, os temas mais abordados passam sem dúvida pela educação na França e em Portugal, escolas medievais, colégios jesuítas e por nomes, tais como, Sto. Inácio de Loyola, John Locke, Lutero, Rabelais ou então autores mais contemporâneos como o espanhol (catalão) Vicens Vives (1910-1960).

A avaliação passou acima de tudo por um exame final escrito como era o modelo predominante nesta altura em outras cadeiras das licenciaturas e face até ao número de alunos.

Quanto à carga letiva não variou de 2/3 aulas por semana, sendo que quando existiam aulas práticas a divisão era de 2 aulas práticas e 1 teórica.

É nossa opinião que a formação universitária e profissional dos docentes influenciou na matéria lecionada e na forma como esta foi apresentada e tratada. Exemplo, é o docente Rafael Ávila de Azevedo, único que não tinha formação em História, que delimitou o seu tempo histórico como curto, indo só aos pontos mais importantes, não se deixando divagar pela história longa como os docentes formados em História e que também não apostou nas aulas de teor prático. O cunho pessoal de cada um está bem presente e influenciou tanto o método utilizado como os conteúdos abordados.

A análise da bibliografia utilizada podia ser feita de dois modos diferentes: através da utilizada durante as aulas, nas aulas práticas, ou pela geral referida no programa da disciplina. A realidade é que dos doze anos da disciplina ligada às Ciências Pedagógicas, apenas se conseguiu aceder à bibliografia geral no ano letivo de 1965-1966, cujo docente era o Professor Rafael Azevedo (como já referi anteriormente o único docente que não apostou em aulas de teor prático enquanto a disciplina pertencia às Ciências Pedagógicas), sendo que assim não é exequível realizar considerações gerais sobre a bibliografia geral que era aconselhável ou obrigatória para os alunos conhecerem. Mesmo assim, pensamos ser relevante referir que Rafael Ávila de Azevedo considerava importante o estudo de René Hubert (com a *Histoire de la Pédagogie*), Auguste Messer (com *Historia de la*

Pedagogia), Robert Gal (com *Histoire de L' éducation*), Stephen D'Irsay (*Histoire des Universités Françaises et Etrangères*), Gabriel Compayré (*Histoire Critique des doctrines de l'education en Frances depuis le seizième siecle*) e, por fim, José Silvestre Ribeiro (com *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*).

Em relação à bibliografia utilizada nas aulas práticas, José António Ferreira de Almeida e Luís António Oliveira Ramos, apostaram em autores e obras como Xenofonte (*Ciropédia*), Aristóteles (*Política*), Platão (*“República”*, *“Alegoria da Caverna”* e *“Ménon”*), Homero (*“Odisseia”* e *“Ilíada”*), Montaigne (*Ensaaios*), Quintiliano (*Antologia Pedagógica*), Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*), Rabelais (*Gargântua*), Rousseau, e por fim a obra *“Regra de S. Bento”*. Sendo que Rafael Ávila de Azevedo não apostou em aulas práticas, estas só regressaram em 1968-1969 com Eugénio Francisco dos Santos. Para além dos clássicos, já utilizados pelos seus antecessores, como Platão, Aristóteles, introduz outros como Rabanus Mauro (*De Instituto Clericum*), Walafredo Strabo (*Diário*) e Comenius (*Didática Magna*). Com o avançar dos anos letivos vai gradualmente apostando em outros autores, tais como, Dume, Isidoro de Sevilha, Vives, John Locke, Fénelon, Rollin, Saltério, Bacon, Martinho Lutero e Johann Pestalozzi. O único autor português que é focado é o mesmo que Ávila focava na sua bibliografia geral: Silvestre Ribeiro. Fernando Sousa secundarizou a análise de obras, sendo que nos seus sumários apenas Rollin é referenciado para este efeito, com textos como *“Discurso Preliminar do Tratado dos Estatutos”*, *“A Didática língua materna”*, *“Tratado dos Assuntos”* e *“Deveres particulares respeitantes à educação da mocidade”*. Em suma, as aulas práticas passavam apenas pela leitura e análise de partes de obras enquadradas nas aulas teóricas.

Em relação ao número de alunos inscritos na disciplina à exceção do primeiro para o segundo ano e do terceiro para o quarto ano, em que o número de alunos sofreu uma diminuição, em todos os outros anos ocorreu um aumento dos inscritos, sendo que a diferença entre o primeiro ano e o último em que funcionou é abismal, pois chega a ser mais do dobro, isto é, cerca de 293 no ano letivo de 1962-1963 e 660 no ano letivo de 1973-1974 (ARAÚJO, 2008).

2.3. A disciplina fora do quadro das Ciências Pedagógicas: conteúdos e docentes

A disciplina com o nome *História da Educação* surge pela primeira vez na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1977. Desde esse ano até à atualidade, foi lecionada 18 anos letivos, pois ocorreram algumas interrupções pelo caminho. Nesses anos surgiu no curso de licenciatura em *História* e também, por vezes, nas suas variantes com carácter opcional. Apenas em 2004-2005 surgiu no mestrado em *História da Educação*. Atualmente aparece como uma disciplina de opção para a licenciatura em *História* com *Minor* em *Geografia* e consequentemente para quem quer seguir o mestrado em *Ensino da História* e da *Geografia* no 3ºCiclo do EB e ES.

Esteve a cargo de cinco docentes diferentes: Rafael Ávila de Azevedo, Francisco Alberto Fortunato Queirós, Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho dos Santos, Eugénio

Francisco dos Santos e, por fim, Luís Alberto Marques Alves. Destes cinco professores dois já foram referidos no ponto anterior, sendo relevante referir que o Professor Eugénio Francisco dos Santos lecionou a disciplina juntamente com a Professora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos durante alguns anos, que serão falados mais à frente.

No primeiro ano da sua existência, a disciplina de História da Educação teve na sua chefia Rafael Ávila de Azevedo, Professor que já tinha lecionado História da Educação e Organização e da Administração Escolar. Este docente conhecia bem o que se pretendia com esta disciplina e esteve à sua frente por três anos letivos: 1977-1978, 1979-1980 e 1980-1981.

No segundo ano letivo de História da Educação esteve a seu cargo Francisco Alberto Fortunato Queirós⁸. Nos nove anos seguintes Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos⁹ esteve encarregue da disciplina, sendo que nos quatro primeiros partilhou a disciplina com Eugénio Francisco dos Santos, professor este já familiarizado com a cadeira.

Por fim, nos últimos anos foi o Professor Luís Alberto Marques Alves¹⁰ quem lecionou a disciplina. Tal como até 1974, a metodologia utilizada varia consoante o professor em questão. Rafael Ávila de Azevedo, assim como anteriormente, apostava no tempo histórico curto, dando mais destaque ao cariz internacional do que ao nacional, abrindo pela primeira vez o horizonte para além da realidade francesa, indo à Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Não se regeu por uma organização cronológica mas sim abordando temáticas importantes relativas às instituições pedagógicas e sistemas educativos. É importante referir que em relação ao cariz internacional ou nacional há uma evolução clara em direção ao nacional. Enquanto que até 1974 predominava evidentemente uma perspetiva internacional em que muitas das vezes a realidade portuguesa nem sequer era falada, a partir de 1977 cada vez mais vai tomando o seu espaço até que a História da Educação portuguesa tem um grande destaque. A realidade internacional passa a ser referida mas apenas de forma a melhor perceber-se a realidade portuguesa.

⁸ Nasceu em 1933, natural de Portalegre, licenciado em Ciências Históricas pela Universidade do Porto em 1970 fez o seu doutoramento em História Moderna e Contemporânea em 1979 na mesma casa. Foi Professor das Escolas do Magistério Primário, Delegado Escolar e Diretor do Curso da Telescola em 1965. Lecionou disciplinas tais como, Pedagogia e Didática Geral, História da Civilização Romana, História das Ideologias e Formação do Mundo Moderno e Contemporâneo. Professor Catedrático, foi Vice-Presidente do Conselho Científico da FLUP em 1982. Em 1984 foi o primeiro a apresentar a sua prova de agregação em História da Educação. Lecionou História da Educação por quatro anos, tendo o último ano sido 1990-1991. A sua carreira não passou apenas pela FLUP, pois foi também Presidente da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação do Porto (1982-1985) e Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre (1993-1999). Fora do ensino exerceu a função de Governador Civil em Portalegre (1980-1981) e esteve no Parlamento Português (1965-1969).

⁹ A docente fez a sua carreira como docente universitária, ligada à História. Lecionou disciplinas como História do Género, História de Portugal, História Contemporânea I, Cultura Contemporânea, Formação do Mundo Contemporâneo e Métodos e Técnicas de Investigação, para além de História da Educação. Aposentou-se em 2013.

¹⁰ Licenciado em História em 1979 realizou o seu doutoramento em 1999. Fez as suas Provas de Agregação em História da Educação em 2007. Já lecionou várias disciplinas ligadas à Educação e à História, tais como, História Contemporânea de Portugal, Didática da História I, História Contemporânea I, Problemáticas Contemporâneas, Tecnologias da Educação, Contemporaneidade Portuguesa, História e Educação. Exerceu várias funções dentro da FLUP, como por exemplo, Presidente do Departamento de História (2003) ou Vogal do Conselho Diretivo da FLUP (2007-2010). Participou e participa em vários projetos de investigação como: “Enseigner les passes douloureux en Europe”, “School on the Cloud”, “Representations of Europe in International Textbooks of the 20th and 21st centuries. Eurviews: a multilingual online edition” ou “Cinema: da construção da narrativa à didática da recepção”.

Com Francisco Alberto Fortunato Queirós volta o tempo histórico longo estendendo-se desde a Antiguidade Clássica ao século XX, seguindo uma organização cronológica e descritiva, realçando reformas e nomes da pedagogia. Aposta na realização de trabalhos o que vem adicionar uma nova vertente na avaliação.

Com Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos ao longo dos anos, e visto que lecionou a disciplina por nove anos seguidos, embora alguns partilhando com outro Professor, nota-se uma preocupação em ir moldando a disciplina, limando o que era mais dispensável, de forma a tornar a disciplina mais próxima dos alunos, das suas realidades e dotando a cadeira de temas importantes mais ligados às problemáticas da História da educação e dos sistemas de ensino. Seguiu um caminho que levou a disciplina de um relato diacrónico a uma focalização de temas, de uma organização cronológica a uma organização temática e de um tempo histórico longo a um curto.

O facto de se direccionar mais para quem quer seguir um Mestrado em Ensino, ou um caminho ligado à educação faz com que Luís Alberto Marques Alves refina ainda mais as opções que se vinham a fazer. Dá um cariz muito prático, o que na realidade se concretiza por não se limitar à análise de textos como professores anteriores, mas sim por documentários, filmes, discussões e análises, trabalhos, etc., tudo o que faça com que os alunos trabalhem e desenvolvam a sua autonomia e reflexão. Apesar de começar por fazer uma síntese do que é História da Educação e da génese do modelo escolar, focaliza-se em Portugal e na sua realidade. Estrutura as suas aulas numa perspectiva mais temática, embora tenha a preocupação de seguir uma lógica cronológica. Apesar do seu tempo histórico estender-se desde séc. XVI ao séc. XXI, prende-se muito mais com o séc. XIX e XX.

Apesar de já não estar estritamente ligada com a formação de professores, a disciplina nunca perdeu esse seu teor.

A acompanhar as escolhas feitas pelos docentes está a bibliografia utilizada. Tal como antes de 1975, a análise da bibliografia foi feita por dois modos: a bibliografia utilizada ao longo das aulas e a bibliografia geral da disciplina.

Nos anos letivos de 1978-1979, 1981-1982, 1986-1987, 1990-1991, com Francisco Alberto Fortunato Queirós e 1993-1994, com Maria José Moutinho Santos e Eugénio dos Santos não foi possível aceder à bibliografia utilizada ao longo das aulas, ou não havia referência a nenhuma. Ao contrário de antes de 1975, Rafael Ávila de Azevedo apostou em aulas práticas, isto é, analisar excertos de obras nas aulas juntamente com os alunos. A autores e obras que já vinham do tempo do curso Ciências Pedagógicas, tais como, Descartes “Enciclopédia”, Rousseau, Montaigne, juntou outros como Condorcet, Adam Smith, Talleyrand, John Dewey, em especial a sua obra “O ideal democrático na educação”. Já se começa a ver algumas das mudanças que referi anteriormente. A partir de 1994-1995 com a docente Maria José vê-se a preocupação com a realidade portuguesa e tal também se traduz na análise de autores portugueses, tais como, Manuel de Andrade Figueiredo (Novas Escolas para aprender a ler, escrever e contas), Martinho Mendonça (Apontamentos para a educação), Luís António (Verdadeiro método de estudar), Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Rodrigues de Freitas, Martinho de Mendonça Pina e Proença (Apontamentos para a educação de um menino nobre), Cândido Xavier, Alexandre

Herculano, Filipe Leite, Rui Crácio e António Nóvoa. Alguns dos nomes clássicos continuaram a ser utilizados como Rousseau, Erasmo, Rabelais, Montaigne. Com Luís Alberto Alves as aulas práticas não passaram apenas pela análise de textos, como já foi referido, mas dos analisados destaque António Nóvoa, partes de leis, decretos e estatísticas referentes à educação em Portugal. Sente-se a preocupação em estudar a Educação de várias formas e cruzá-la com outras, tais como a História Oral, a política e a sociedade.

Quanto à bibliografia geral da disciplina muitos são os anos em que não é possível aceder a ela. Em 1978-1979 Francisco Queirós considerava importante os alunos conhecerem Roger Gal, Jean Chateau, N. Abbagnano e A. Visalberghi. Francisco Queirós em 1990-1991 referiu apenas duas obras indispensáveis a ser consultadas e estudadas pelos estudantes, sendo as restantes obras referidas aos alunos ao longo do ano letivo. As obras eram (*Histoire Mondiale de l'Education*), com direção de Gaston Mialaret e Jean Vial e (*História do ensino em Portugal*) de Rómulo de Carvalho. Nos anos seguintes estas, foram as obras e autores considerados fundamentais (*História da Pedagogia*) de N. Abbagnano e A. Visalberghi, Philippe Aries (*História social da criança e da família*), Adalberto Dias de Carvalho (*Epistemologia das ciências da educação*), Rómulo Carvalho (*História do ensino em Portugal*), Roger Chartier, Eugenice Garin, Joaquim Ferreira Gomes, Jacques Le Goff, Maria Filomena Mónica, António Nóvoa, Francisco Ribeiro da Silva e Stephen Stoer, João Barroso, Maria Cândida Proença e Luís Reis Torgal.

Luís Alberto Alves considerava fundamental doze livros de sete autores: Luís Alberto Marques Alves (*História da educação e República e educação*), Joaquim Azevedo (*O ensino secundário na Europa*), António Candeias (*Educação, estado e mercado no século XX*), Rogério Fernandes (*O pensamento pedagógico em Portugal*), Justino Magalhães (*Fazer e ensinar história da educação em Portugal*), António Nóvoa (*Dicionário de educadores portugueses, Liceus em Portugal, Evidentemente, A imprensa de educação e ensino*) e Joaquim Pintassilgo (*A História da educação em Portugal, República e formação de cidadãos*). Fora estes considerados fundamentais, ainda refere outros complementares mas que cruzam muito com autores que constam da bibliografia dos anos anteriores, com a exceção de Áurea Adão, Manuel Henrique Azevedo, Jorge Ramos do Ó, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro, Roberto Carneiro, Rogério Fernandes e Sérgio Grácio. Uma bibliografia cada vez mais atual e que espelha a aproximação à realidade portuguesa.

2.4. Adesão e curiosidades

Três foram as Provas de Agregação feitas em Portugal em História da Educação. Francisco Alberto Fortunato Queirós em 1984, António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa em 1994 e Luís Alberto Marques Alves em 2007. Através destas provas é possível ver onde se insere a disciplina nos currículos dos cursos onde se encontra. É possível também ver as diferentes perspetivas que os autores tinham da História da Educação, pois, o que se pretende dela está indissociável com os pressupostos que lhe dão.

Fortunato Queirós foi o primeiro a fazer as Provas de Agregação para a disciplina de História da Educação em Portugal, numa altura em que esta não se encontrava a ser

lecionada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mas que estava “programada” como uma disciplina de opção. Face à extensão do “objetivo” da disciplina propunha várias opções para o desdobramento da disciplina de modo a que esta pudesse ser melhor tratada. Uma das opções seria a criação da História da Educação I e História da Educação II. Mostra uma preocupação em não descuidar a realidade portuguesa e a História da Educação Portuguesa. Em relação à componente prática é bastante claro e mostra a importância de um tipo de aula em que o aluno para além de trabalhar textos, trabalhe temas, em que as aulas não sejam expositivas, sejam participadas pelos alunos. Fala de aulas teóricas, práticas e técnico-práticas. A avaliação passa por uma avaliação final, mas também pela realização de trabalhos. Estes pressupostos são postos realmente em prática por si próprio.

Em 1994 foi o Professor António Nóvoa que fez as provas de agregação em História da Educação. Situando-a na licenciatura em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, para António Nóvoa, a disciplina só tinha sentido articulando-a com mais duas disciplinas Educação Comparada (2º ano) e Correntes da Pedagogia Contemporânea (3º ano). Assim, esta disciplina era lecionada no 1º ano, centrava-se mais na realidade portuguesa, mais especificamente nas instituições escolares, na evolução do sistema de ensino e nos atores educativos. A Educação Comparada seria uma perspetiva mais histórica e sociológica para entender as grandes transformações a nível internacional em termos da organização dos sistemas de educação, currículos escolares, práticas pedagógicas e o pensamento científico educativo. As Correntes da Pedagogia Contemporânea seria mais uma reflexão sobre as ideias educativas dos sécs. XIX e XX através dos principais autores e movimentos pedagógicos e com uma atenção especial entre as tendências nacionais e internacionais. Assim, História da Educação não podia ser vista por si só, mas no conjunto das três. Facto que vem de encontro com as ideias de desdobramento da cadeira de Fortunato Queirós dez anos antes.

Luís Alberto Marques Alves contextualizou a disciplina na licenciatura de História sendo uma disciplina de opção os alunos poderiam frequentá-la no ano que quisessem, mas o aconselhamento seria o 3º ano, após frequência das áreas obrigatórias. Assim, demonstra a preocupação de ser passível de ser frequentada por um aluno de qualquer ano. Destaca que a disciplina deve realçar a educação como objeto de conhecimento assinalando o estatuto epistemológico da História da Educação. Não esquece o seu papel na formação inicial de professores embora esteja no contexto da História. Salienta a procura por romper um relato diacrónico e criando uma visão mais sincrónica dos fenómenos educativos, relacionar-se mais com a realidade portuguesa e comparando-a com a internacional. A componente prática não foi esquecida sendo que a divisão seria de 13 aulas teóricas (2 horas) e 13 aulas práticas (1 hora).

A realidade na Faculdade de Letras da Universidade do Porto é que após o Curso de Ciências Pedagógicas, a História da Educação esteve quase sempre ligada à licenciatura em História e como opção. Já em Lisboa, História da Educação esteve sempre ligada à formação de professores em cursos como licenciatura em Ciências da Educação da

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (1992), licenciatura em Dança, licenciatura em Ciências do Desporto, no ramo de Educação Física e Desporto Escolar, na Faculdade Motricidade Humana de Lisboa (2003). Surge desdobrada em duas disciplinas (História da Educação I e História da Educação II) em 2004 e mais tarde como disciplina de mestrado.

3. A História da Educação no século XXI: de Mestrado a cadeira de opção

Na Faculdade de Letras do Porto, através do seu Departamento de História, decidiu-se avançar com um mestrado em História da Educação a partir do ano letivo de 2006-2007. Inicialmente pensado para ter essa designação, sofreu, face a algumas vicissitudes legais, uma modificação que o levou a ser aprovado como de História e Educação. A simples substituição do “de” pelo “e” levava a que em Portugal ele fosse considerado para efeitos de progressão na carreira docente do ensino básico e secundário a docentes de mais áreas científicas, enquanto na primeira designação ele só seria considerado para os docentes de História. Necessitados como todas as Universidades estão de criar cursos que tenham um público potencialmente mais alargado, resolveu-se aceitar essa “pressão” legal, já que no currículo nada seria modificado. Esta consideração levava-nos a outras reflexões que não serão para aqui importantes.

Consagrado e aprovado o mestrado, ele contemplava as unidades curriculares de Problemáticas Contemporâneas¹¹ e Métodos e Técnicas de Investigação no primeiro semestre do 1º ano, História e Educação¹² e Seminário de Orientação e Investigação no segundo semestre, ficando o segundo ano para preparação da dissertação final, com encontros periódicos com os orientadores. A receção foi muito boa por parte dos estudantes, em particular professores dos ensinos básico e secundário que realizaram excelentes trabalhos, não apenas para as unidades curriculares como também para

¹¹ O Programa era o seguinte: 1. A população: os estudos demográficos e as principais problemáticas populacionais na época contemporânea. 2. A cidadania na história contemporânea: das crenças do liberalismo aos dispositivos legais. O caso do poder local. 3. A memória colectiva e os revisionismos históricos de motivação ideológica. 4. Estruturas económicas e industrialização: abordagem geral e focalizações temáticas. 5. Eleições e Sistemas Eleitorais. 6. O sentido da Escola na contemporaneidade. 7. A difusão da escola de massas. Instrução e literacia na sociedade contemporânea. 8. História da Família: perspectivas e modelos. Família e mudança social: das teses da «nuclearização progressiva» e da «desorganização familiar» urbana ao estudo da família como «processo». 9. História da Vinha e do Vinho: produção, comércio, regulação e tecnologias. 10. História Cultural – História das Representações. 11. Crime e delinquência na sociedade contemporânea. 12. As mulheres na contemporaneidade.

¹² O Programa era o seguinte:

A - Sistema Educativo, Escolas e Públicos : Ensino das primeiras letras, ensino secundário e universitário no tempo de Pombal. Espaço do Ensino Primário, secundário e universitário no período liberal, na primeira república e no Estado Novo. O ensino liceal no Porto (1836 - 1974). O ensino técnico no Porto nos séculos XIX e XX. A Universidade do Porto - dos antecedentes oitocentistas aos nossos dias. B - Políticas e Reformas Educativas : Criação de um sistema estatal de ensino (século XVIII) - reformas de Pombal. Política de ensino do liberalismo português (1820 - 1910). Iniciativas educativas da Iª República (1910-1926). Da “Educação Nacional” à pressão internacional (1930-1974). Indicadores da Educação em Portugal (1970-2000). C - Pensamento e Imprensa Pedagógica – Identificação e caracterização das principais correntes internacionais e nacionais nos séculos XIX e XX. Análise do Reportório de Imprensa de Educação e Ensino procurando identificar periódicos de acordo com diversas temáticas de investigação. D - História Oral – Questões teóricas: origem, objectivos, contextos; a memória enquanto fonte histórica; a entrevista – um relacionamento intersubjectivo; a análise de vidas faladas – interpretar memórias. Questões práticas: preparação de um projecto de História Oral; a entrevista; a transcrição; a apresentação pública de testemunhos orais.

as dissertações finais. Os temas de investigação foram muito variados e iam desde a preocupação em perceberem a história das escolas onde trabalhavam, até compreenderem realidades mais contemporâneas e, no caso sobretudo de estudantes dos PALOPS, a compreensão da evolução dos sistemas educativos para eventuais participações posteriores em cargos de direção nos países de origem. Alguns exemplos espelham esta diversidade:

Título
O Ensino de História em Angola: Balanço (1975-2009) e prospectiva
A Europa nos manuais de História
Educação Feminina, Direitos e Cidadania a luz do Jornal - A Semeadora (1915-1918)
A educação nas Conversas em Família de Marcelo Caetano
A Reforma de Jaime Moniz (1894/95) - Notas dissonantes - um estudo a luz do Jornal Educação Nacional
A Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário - O caso do Instituto Garcia Neto (1975/2009)
A alma feminina: educação, direitos e cidadania (1914-1926)
Os estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)
O Ensino Técnico Artístico no Porto Durante o Estado Novo. 1948-1973.
Para lá dos Muros e do Portão: um Estudo sobre a Conflitualidade nas Escola
O Instituto Nuno Alvares: análise histórico-sociológica (1932-1970)
A Escola Rocha Peixoto: Memória der um espaço do Ensino Técnico (1942-.1951)
Faculdade(s) de Letras do Porto – da (re)criação à revolução
A Escola Prática Comercial Raul Dória. Memória de um espaço de ensino comercial (1902-1964)

Nos cinco anos letivos de funcionamento (última versão é de 2011-2012), certificou cerca de 100 estudantes, garantindo em cerca de 20 casos, a progressão para doutoramentos na mesma área. A partir desse ano, o mestrado foi descontinuado e os estudantes que pretendiam realizar investigação em História da Educação frequentavam o de História Contemporânea e escolhiam temas dessa vertente científica.

Embora desaparecesse enquanto mestrado, a experiência e a disponibilidade de estudantes, permitiu arriscar com uma cadeira de opção oferecida a toda a Universidade, embora a oferta partisse do Departamento de História. Passou a funcionar assim a partir de 2013-2014 no âmbito da licenciatura, embora tivesse estudantes oriundos de outras faculdades, como por exemplo, de Ciências, e alunos que estavam inscritos em mestrados, sobretudo de ensino. Nesse primeiro ano de funcionamento houve cerca de 20 alunos inscritos e a taxa de aprovação foi de 100%, realizando trabalhos para efeitos de avaliação final.

Esta experiência permite que novamente no próximo ano a unidade curricular seja oferecida, esperando que a procura continue a justificar a sua abertura.

Bibliografia e Fontes de Arquivo

ARAÚJO, Francisco Miguel. **Faculdade(s) de Letras do Porto – Da (re)criação à revolução**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2008.

ALVES, Luís Alberto Marques. **História da Educação (cadeira da licenciatura em história) (Relatório pedagógico-científico apresentado no âmbito das provas de agregação em História)**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

ALVES, Luís Alberto Marques. **História da Educação – uma introdução**. Porto: Faculdade de Letras, 2012. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10021.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014, 14:15:15.

ALVES, Luís Alberto; CORREIA, Luís Grosso; FELGUEIRAS, Margarida; PINTASSILGO, Joaquim. **A História da Educação em Portugal – balanço e perspectivas**. Porto: Edições ASA, 2007.

BRITO, António José Aguiar Alves de (Coord.). **Universidade do Porto Anuário XVII, ano escolar de 1962-1963**. Porto: Universidade do Porto, 1963. Disponível em: <http://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/34286>. Acesso em: 20 de jan. 2014, 13:05:30.

CARVALHO, Luís Miguel. **Relatório da Educação, Relatório da disciplina de História da Educação**. Lisboa: Faculdade de Motricidade de Lisboa, 2004.

MAGALHÃES, Justino (Org.). **Fazer e Ensinar História da Educação em Portugal**. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia/Instituto de Educação e Psicologia, 1998.

NÓVOA, António Manuel Seixas Sampaio. **História da Educação (Relatório da disciplina de História da Educação, apresentado no âmbito das provas para a obtenção da agregação)**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994.

Ó, Jorge Ramos do. **História da Educação II – Relatório da Unidade Curricular**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2007.

PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João; HENRIQUES, Raquel Pereira. **A Formação de Professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos. **Universidade do Porto. Estudo Orgânico-Funcional Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Luís de Oliveira Ramos. In: _____. **Os Reitores da Universidade do Porto 1911-2011**. Porto: Universidade do Porto / Fundação Engenheiro António de Almeida, 2011. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1013995> Acesso em: 15 jan. 2014, 10:20:40.

Livros de termo

Exame de História da Educação, Org. e Admin. Escolares do ano letivo de 1963/1970.

Exame de História da Educação, Org. e Admin. Escolares do ano letivo de 1970/1972.

Exame de História da Educação, Org. e Admin. Escolares do ano letivo de 1972/1973.

Exame de História da Educação, Org. e Admin. Escolares do ano letivo de 1978/1979.

Livros de Exames de frequência de História da Educação, Org. e Admin. Escolares dos anos letivos de 1969 a 1974.

Processos individuais docentes e cadernos de registos biográficos

Caderno de registo biográfico do Docente Eugénio Francisco dos Santos.

Caderno de registo biográfico do Docente Francisco Alberto Fortunato Queirós.

Caderno de registo biográfico do Docente José António Ferreira de Almeida.

Caderno de registo biográfico do Docente Rafael Ávila de Azevedo.

Processo Individual do Docente Francisco Alberto Fortunato Queirós.

Processo e comentários da prova agregação do Docente Francisco Alberto Fortunato Queirós.

Processo Individual do Docente José António Ferreira de Almeida.

Guias do Estudante

GUIA DO ESTUDANTE. Porto: Associação de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo 1981/1982, 1981.

GUIA DO ESTUDANTE, Porto: Associação de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo 1982/1983, 1981.

GUIA DO ESTUDANTE DE HISTÓRIA, Porto: Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo 1983/1984, 1983.

GUIA DO ESTUDANTE DE HISTÓRIA, Porto: Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo: 1985/1986, 1985.

GUIA DO ESTUDANTE DE HISTÓRIA, Porto: Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo 1986/1987, 1986.

GUIA DO ESTUDANTE DE HISTÓRIA, Porto: Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano letivo 1987/1988, 1987.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 4º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º IX, 1988.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 2º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º X, 1989.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 1º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XI, 1990.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 4º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XII, 1991.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 1º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XIII, 1992.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 3º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XIV, 1993.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 1º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XV, 1994.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP RAMO EDUCACIONAL, Porto: Conselho

Directivo da FLUP, n.º XV, 1994.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA 1º ANO, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XVI, 1995.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP HISTÓRIA GERAL, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XVII, 1996.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP SEPARATA: HISTÓRIA, Porto: Conselho Directivo da FLUP, n.º XVIII, 1997.

GUIA DO ESTUDANTE DA FLUP, Porto: Conselho Directivo da FLUP, ano letivo 2002/2003, 2002.

Livros de sumário dos anos letivos de

1962-1963

1963-1964

1964-1965

1965-1966

1966/1967

1967/1968

1968/1969

1969/1970

1970/1971

1971/1972

1972/1973

1973/1974

1977/1978

1978/1979

1979/1980

1980/1981

1994/1995

1995/1996

1996/1997

1998/1999

1999/2000

2000/2001

2001/2002

Legislação Consultada

PORTUGAL. Decreto n.º 18:973, de 28 de outubro de 1930. **Diário da República**, Iª Série, Diário n.º 251, 1930.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 43 864, de 17 de agosto de 1961. **Diário da República**, Iª série, Diário n.º 190, 1961.

PORTUGAL. Decreto n.º 53/78, de 31 de maio de 1978. **Diário da República**, Iª Série, Diário n.º 124, 1978.

PORTUGAL. Portaria n.º 850/87, de 3 de novembro de 1987. **Diário da República**, Iª série, Diário n.º 253, 1987.

PORTUGAL. Despacho n.º 4023/2012, de 19 de março de 2012. **Diário da República**, IIª série, Diário n.º 56, 2012.

*Recebido em abril de 2014
Aprovado em junho de 2014*